

Notas e informações

ECONÔMIA - BRASIL

A hora da verdade

Terminou o sonho da inflação zero. Parece-se hoje que essa aparente ambição era apenas um expediente do governo para vencer as eleições do próximo dia 15. Depois do pleito, os consumidores verão como foram ludibriados pelo governo e serão surpreendidos por um reajuste dos preços, que em seguida voltarão a ser congelados.

Ao decretar o Plano Cruzado, o governo incidiu no grave erro de instituir o congelamento, aliás num momento em que, ao contrário do que proclamava no dia 28 de fevereiro, havia grande desequilíbrio nos preços relativos. O bom senso e a lucidez ordenavam que os preços, então obsoletos, fossem atualizados imediatamente, ainda que a taxa de inflação viesse a elevar-se no primeiro mês de execução do Plano Cruzado. Interessado, porém, em dar um golpe publicitário, com objetivos eleitorais, o governo lançou o anúncio da inflação zero. Aliás, tinha outro motivo para não cingir-se à ortodoxia econômica: faltava-lhe autêntica disposição de reduzir os gastos do setor público. A inflação corretiva ter-se-ia aditado os efeitos da inflação endógena, provocada pelo déficit público. A solução do problema foi deixada para depois das eleições.

Com sua decisão, o governo desencadeou uma inflação de demanda. Concorreu, por outro lado, para aumentar o déficit público, por não haver reajustado os preços administrados e as tarifas de serviços públicos, e por ter sido obrigado a renunciar a receitas (redução do IPI sobre cigarros) e a estipendiar subsídios (leite). Nem por isso logrou evitar uma crise de escassez, que lhe abala o prestígio. Fez surgir o ágio, cuja única virtude é não aparecer nos índices do custo de vida.

Embora o ministro Dílson Funaro, para não prejudicar o PMDB, diga e repita que não haverá um "segundo choque", o governo confiou a pessoas que lhe são ligadas o encargo de preparar o clima para que a opinião pública não se surpreenda demais com as decisões que tomará depois do dia 15. A linha de conduta já foi traçada e só encontra resistência entre candidatos re-

ceosos de que tais "confidências" interfiram com o rumo das eleições. O governo enfrenta outro problema: como estabeleceu, na edição revisada do decreto-lei que instituiu o Plano Cruzado, um sistema de escala móvel de salários, a ser acionado desde que a inflação da era do cruzado chegasse à casa de 20%, vê-se diante da ameaça de um novo surto inflacionário, que talvez irrompa mais cedo do que esperava, restringindo os efeitos benéficos que trará à economia do País a recomposição dos preços relativos. É possível que, diante dessas perspectivas sombrias, o governo proteja, mais uma vez, alguns reajustes, aliás inutilmente.

Reconhecendo, hoje, que a heterodoxia não pode transpor certos limites, a equipe econômica do governo tem um programa bem definido para a administração do descongelamento. Três categorias de produtos terão os preços reajustados. Em primeiro lugar, o leite e os laticínios, a carne (cujo reajuste implica reconhecimento de uma situação de fato), o açúcar e o trigo, com suas conseqüências sobre os preços do pão e das massas. Na segunda lista estão incluídos os medicamentos (que na véspera da decretação do Plano haviam obtido reajuste de 28%, logo revogado) e os automóveis. A terceira lista compreende tarifas e preços das empresas estatais: correios, telefone, telex, energia elétrica, aço e combustíveis.

Basta lançar os olhos sobre essas três listas para se avaliar o impacto que os reajustes de preço produzirão sobre o custo de vida. Tais reajustes são, porém, absolutamente necessários. Mas o que causa espanto e indignação é o fato de haver o governo retardado até as eleições o aumento de preços e tarifas totalmente irrealistas. Terá, porém, o governo suficiente brio para reconhecer seus erros, ou, quem sabe, a torpeza de sua demagogia?

Não se pode conceber que esses aumentos de preço serão absorvidos pelas indústrias que operam com tais insumos e que seja possível efetivá-los sem reajustar devidamente os salários (que, sem o disparo do

"gatilho", já subiram, em média, 20%, segundo estudos oficiais), que deverão arcar também com pesado reajuste das prestações de aquisição de casa própria. Eis o preço pago para que o PMDB ganhe as eleições de 15 de novembro.

É verdade que, inspirando-se no exemplo do Estado de Israel (somos bem pouco nacionalistas em matéria de política econômica...), o governo, após todos os reajustes, decretará outra vez o congelamento. Com isso, prepara o clima para voltar a enfrentar, dentro de alguns meses, problemas como os de hoje, talvez de modo mais agudo.

Se o governo, após haver eliminado a indexação, que era, segundo os autores do Plano Cruzado, a única causa de inflação no País (afirmação cruelmente desmentida todos os dias), se vê obrigado a restabelecer o congelamento, é que sabe não ser capaz de eliminar as outras causas da inflação, entre as quais estão o déficit do setor público e suas conseqüências sobre a expansão monetária.

É também verdade que agora (isto é, depois do dia 15...) o governo quer reduzir os gastos públicos. Eis o que declarou um dos mentores da política econômica, o sr. Luiz Gonzaga Belluzzo, assessor do ministro da Fazenda: "Não é possível mais aumentar os impostos, o que é necessário é o Estado se disciplinar, gastar no lugar correto, priorizar os gastos e gerar recursos para financiar investimentos". Não seria possível caracterizar melhor a culpa do governo pela conduta que seguiu até agora. Pode-se perguntar, todavia, se o que não conseguiu fazer nestes nove meses de Plano Cruzado estará disposto a fazer depois.

Fomos criticados pela posição que assumimos em relação ao Plano Cruzado, mas quem leu nossos editoriais desde o dia 1º de março terá, certamente, notado que não fizemos mais do que recomendar a política que o governo tencionava executar após as eleições. Se tivéssemos o dom de antever o futuro que aguardava a Nação, em todos eles poderíamos ter chamado ao Plano Cruzado, Plano 15 de Novembro.